



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - BNDES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 2327/15	DATA: 05/11/2015	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 09h52min	TÉRMINO: 11h59min	PÁGINAS: 61

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Há expressão ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Bom dia! Invocando a proteção divina, em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 21ª reunião ordinária da Comissão, realizada no dia 27 de outubro, e indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Peço dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Peço dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exas. Dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

Informo ao Plenário que, na manhã de ontem, dei entrada em um documento ao Exmo. Sr. Deputado Carlos Manato, Corregedor da Câmara dos Deputados.

Informo que, em virtude do vazamento de informações e documentos oriundos do COAF, os quais foram destinados inclusive à revista *Época*, não restava alternativa ao Presidente a não ser a de solicitar ao Corregedor abertura de sindicância. Creio que esse é um fato isolado que não deve se misturar aos trabalhos desta Comissão, mas nós resolvemos tomar essa atitude, que é uma atitude inclusive pedagógica, para que no futuro próximo nós não tenhamos o mesmo dissabor que tivemos com relação ao vazamento.



Torço verdadeiramente para que esse vazamento tenha ocorrido fora do âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque muito me entristeceria ver colegas nesta posição.

Então, não nos restou alternativa a não ser essa, depois de fazer uma série de alertas às Sras. e aos Srs. Parlamentares com relação à manutenção do sigilo que nós obtivemos, que isso não fosse compartilhado de maneira alguma, que isso não fosse vazado de maneira alguma.

Vários Parlamentares aqui se manifestaram a respeito dessa preocupação também, preocupação que chegou até a mim. Portanto, tomei a liberdade de provocar a Corregedoria, para que o Corregedor possa instaurar uma sindicância, a fim de que atos como esse não venham tirar a seriedade e a credibilidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, queria me colocar de forma muito clara no episódio dos vazamentos.

Primeiro ponto: há nesta CPI um excesso de preciosismo na divulgação de documentos que não têm nada de sigilosos.

Segundo: a CPI tem uma grande função que é de acompanhar e investigar os trabalhos e — por que não dizer? — falar sobre esse acompanhamento à sociedade, sobre o andamento das investigações.

Então, eu vejo com muita preocupação a instalação da sindicância. Daqui a pouco, da maneira como estamos andando aqui, quem vai ser investigado é quem está investigando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Mas a intenção é exatamente essa.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - O pior de tudo é isso: tirar o foco.

As publicações que saíram na revista *Época*, na semana passada, são uma vergonha para o Brasil. Eu não sei quem fez, mas posso dizer a vocês que informar a população é uma função desta Comissão. A sociedade deve acompanhar o que está acontecendo, saber de um movimento que estava sendo mantido secreto, sob sigilo, de mais de 300 milhões de quem governou este País. A vergonha está nas informações que estão lá. Essa é a minha preocupação com esta CPI.



Eu quero manifestar aqui a minha preocupação, porque há nessa sindicância, nesse movimento, uma vontade de intimidar quem está investigando. Eu quero deixar bem claro que a tentativa de organizar uma intimidação a quem está investigando é lamentável e mostra que esta CPI não pode não e deve parar.

Gostaria inclusive que a gente organizasse um capítulo para rever a maneira como é feita a divulgação de documentos que não são sigilosos e estão com preciosismo para serem divulgados. A imprensa e a sociedade merecem e devem acompanhar os trabalhos que nós estamos fazendo. Da maneira como está sendo feito aqui, as investigações têm de ficar presas a sete chaves, o que é um absurdo.

Eu quero deixar aqui uma manifestação, primeiro, para que reorganizemos o episódio, para que revejamos a maneira como os documentos, com preciosismo, estão ficando sigilosos.

Eu não acho positivo, de maneira alguma, que se coloque aqui uma forma para intimidar pessoas que estão querendo elucidar a verdade. Daqui a pouco quem investigou o vazamento dos documentos do COAF — Conselho de Controle de Atividades Financeiras vai virar mais criminoso do que quem movimentou 300 milhões de reais, segundo informação.

Quero dizer a V.Exa. que repudio a maneira do andamento das coisas aqui. Vejo uma tentativa de esconder os fatos que absurdamente aconteceram no País. A sociedade não merece isso. Eu quero fazer questão de me manifestar nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Caio Narcio...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Apenas para responder ao Deputado Caio Narcio: eu não vou entrar no conteúdo das informações; eu vou entrar no mérito de um termo de responsabilidade que todo Parlamentar que tem acesso a informações sigilosas assina. Se o Parlamentar assina um termo de compromisso, assina um termo de responsabilidade e diz que manterá o sigilo da documentação e assim não o faz, não resta alternativa ao Presidente a não ser tomar as medidas legais.

Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Sr. Presidente, o segredo de uma boa investigação realmente é o sigilo. O sigilo é o segredo de uma boa investigação, porque o passo seguinte vai ser dado em cima da surpresa que se vai fazer ao investigado. Se alguém quiser dar publicidade à investigação, então não precisa fazer investigação, que se vá ao processo direto. O Parlamentar já assinou um termo de compromisso.

Fui investigador por 38 anos e sei como um vazamento atrapalha uma investigação — e como atrapalha. Quer dizer, nós queremos chegar a um bom termo. Eu não quero jogar para a plateia. Eu quero chegar, apurar e responsabilizar.

Jogar para a plateia aqui, numa CPI, não é o lugar.

Então, eu peço escusas ao Deputado Caio Narcio e me solidarizo com V.Exa. pelas providências que V.Exa. tomou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Delegado Edson Moreira.

Tem a palavra o Deputado Edio Lopes.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, nós queremos manifestar aqui o mais integral apoio à decisão de V.Exa. O que nós estamos discutindo aqui é o resguardo daquilo que a lei ampara enquanto sigilo. Ora, a quebra de determinados sigilos nessa situação implicará pesadas ações de indenização contra o BNDES ou contra esta Casa, o que, por conseguinte, será contra o contribuinte, contra o Estado brasileiro.

A proteção de informações resguardadas pela lei é uma obrigação de todos e, de uma forma muito especial, dos membros desta Casa.

Não se trata aqui de camuflar, de dificultar ou de querer esconder qualquer tipo de informação da sociedade. O que se trata aqui é de cumprir a lei, é de resguardar aquilo que é segredo das empresas.

A mesma revista *Época*, que deu destaque à matéria, sabe que eram informações sigilosas. Duvido muito que essa mesma revista permitisse a abertura absoluta e irrestrita do seu sigilo. Então, V.Exa. está corretíssimo. Caso tenha sido algum Deputado desta Comissão aquele que vazou as informações, ele tem que ser expurgado desta CPI, porque ele não está cumprindo — não é diretriz desta Comissão — com a legislação maior em vigor.



Portanto, Sr. Presidente, eu manifesto aqui o meu mais integral apoio a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Edio Lopes. Justiça seja feita: V.Exa., desde o início desta Comissão Parlamentar de Inquérito, demonstrou a preocupação com a manutenção do sigilo.

Esse reconhecimento preciso fazer de ofício.

Vamos exaurir esse tema, para que possamos passar para a Ordem do Dia, visto que já vamos iniciar o processo de votação no plenário.

Tem a palavra o Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Só queria fazer algumas considerações, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentá-lo pela iniciativa da abertura da sindicância, que se faz necessária. Houve vazamento e, de fato, ele tem que ser apurado. Mas nós temos que levar em consideração que hoje todas as informações vêm com uma tarja de sigilo. Há um excesso de cuidado. E isso traz dificuldades para a apuração, para as investigações. Nós precisamos depurar um pouco porque hoje tudo vem com esse carimbo, e é um limiar muito tênue, uma coisa muito tênue dizer o que é sigiloso e o que não é.

Então, ficou muito confortável quando todas as informações vêm com esse carimbo, e é inegável que isso traz dificuldades para as investigações, quando você tem que se reportar à sala-cofre para poder realizar o trabalho.

Então, o Deputado Caio Narcio fala com propriedade, fala com razão, porque a CPI tem que caminhar. E as informações são essenciais. Esse é o combustível da CPI.

Portanto, temos que, realmente, avançar um pouco nisso, porque senão tudo vira sigilo. Daqui a pouco os depoimentos vão ser sigilosos também. E aí nós não podemos mais trabalhar aqui na Casa.

Então, há uma blindagem — e é indiscutível que há uma blindagem — em relação às informações e às apurações. Quanto à sindicância, está correta a medida, mas também temos que reavaliar um pouco esses carimbos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Miguel.



Para finalizarmos o tema, Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa., o nosso Relator, o nosso 1º Vice-Presidente, os demais Deputados e Deputadas aqui desta Comissão, e dizer o seguinte: eu acho que nós estamos fazendo uma tempestade em um copo d'água, como diz o adágio.

Eu respeito e me associo à iniciativa de V.Exa. de abrir a sindicância. É uma prerrogativa que V.Exa. tem, prerrogativa regimental, diante dos fatos, mas eu queria dizer que, desde o início desta CPI — aliás, antes do início —, um entendimento exagerado, a meu ver, sobre o que é sigilo e o que é prerrogativa dada por lei para dados do BNDES. Aliás, o BNDES, vamos aqui recordar, tem dificultado a transparência.

O Tribunal de Contas da União — só para recordar e refrescar a memória de alguns — teve que recorrer ao Supremo Tribunal Federal para obter dados para averiguação. O Tribunal de Contas da União, para cumprir a sua missão constitucional, Sr. Presidente, teve que recorrer à Suprema Corte do Brasil para poder obter dados do BNDES.

O BNDES não é um banco normal, é um banco que manipula recursos do Tesouro. Ninguém tem conta aqui no BNDES. Então, as prerrogativas que existem para um banco, uma instituição privada bancária não podem ser exatamente as mesmas. Aliás, a lei não diz que seja. E nós aqui estamos querendo ser, às vezes, mais realistas do que o rei — está certo?

Eu pergunto a V.Exa. o seguinte: eu não tive acesso a essas informações do COAF, apesar de ter solicitado. Inclusive, na última sessão, semana passada, solicitei a V.Exa. para que fosse cumprida uma jurisprudência adotada nesta Casa, que não foi. Qual foi a jurisprudência? Se tiver um requerimento aprovado no Plenário por um dos Deputados e um outro Deputado solicitar informação idêntica, não precisa submeter novamente à votação o requerimento — se ele for simétrico, similar ao que já foi aprovado. Seria um desperdício e até uma estultice aprovar quantas vezes for sobre a mesma matéria, certo?

E a mim foi negada a informação. Tive que recorrer a V.Exa., para que V.Exa. mandasse autorizar meu acesso ao documento. Mas, se eu tivesse tido acesso a essas informações semana passada, provavelmente hoje nós teríamos aqui um



requerimento de minha autoria pedindo informações e chamando alguns dos implicados — Sra. Erenice, Sr. Lula, Sr. Palocci, Sr. Pimentel —, porque a situação é escandalosa!

Esse é o mérito, tanto que gerou esse *frisson* todo, porque a matéria é escandalosa.

Ora, isso ocorreria se eu apresentasse um requerimento baseado no que eu tivesse visto semana passada. Repito: não tive acesso aos documentos — está certo? Mas, se eu não tivesse tido acesso, Deputado Edio, eu teria apresentado hoje aqui um requerimento baseado em quê? Que fundamentação eu usaria para convencer os nossos nobres pares? Eu teria que revelar alguma coisa do que vi para justificar o requerimento que estaria apresentando. E que sigilo hermético é esse que não permite que um Deputado com acesso ao documento possa fazer funcionar a missão precípua desta CPI que é investigar? Como é que eu iria convencer o Deputado José Rocha a votar no meu requerimento, ou qualquer outro Deputado, sem apresentar uma justificativa baseada no que tive acesso, ou no que teria tido acesso?

Então, quer dizer, isso viria à tona de alguma forma. Não vamos aqui fazer uma tempestade em copo d'água.

Eu acho que V.Exa. tem razão, mas essas informações, a jusante ou a montante, serão públicas, e devem ser públicas. Sobre aquilo que o BNDES achar que não pode informar a esta Casa, ele certamente recorrerá ao Poder Judiciário, para justificar a sua interdição de repassar as informações. Tenho certeza disso. O que chegar a esta CPI, com todos os cuidados regimentais que somos obrigados a ter, cada um dos Deputados, será objeto de investigação; senão, será melhor fechar a CPI ou, como diz o Deputado Caio, nós vamos acabar condenando a ratoeira e liberando os ratos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, apenas para encerrar, para eu concluir, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. já falou.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Mas quero apenas 1 minuto para eu concluir o raciocínio.



Presidente, eu só queria dizer que eu não gostaria, de maneira nenhuma, que o que está acontecendo neste momento parecesse uma retaliação, no momento em que a gente descobre irregularidades com grandes figuras nacionais. E a sensação que fica aqui é que, na hora em que se descobrem fortes indícios de irregularidade, o que se tenta fazer é intimidar as investigações. Então, eu quero muito fortemente que a gente combata qualquer tipo de maneira de intimidar aqueles que estão cumprindo seu dever nas investigações.

Então, eu queria lamentar mesmo essa situação e dizer que eu espero que a gente tenha nesta CPI um ambiente que incentive a investigação, e não que desestimule ou intimide.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Presidente, vai começar a Ordem do Dia e nós não vamos votar nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Vamos começar. Eu só queria dizer a V.Exa. que eu não tomei essa decisão com alegria ou qualquer outro tipo de sentimento nesse sentido; eu o fiz com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e, acima de tudo, do termo de responsabilidade que as Sras. e os Srs. Parlamentares assinam quando fazem a retirada da documentação. Lá está expresso o seguinte: "*O Deputado recebedor dos documentos assume toda a responsabilidade sobre a guarda e o compromisso de não divulgação do teor das informações solicitadas*". Está aqui.

E eu não quero, de novo, acreditar que isso saiu desta Casa, muito menos ainda deste Plenário. Tomara que isso tenha acontecido fora do ambiente desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas até para preservar a integridade de todos os Parlamentares é que tomei essa decisão.

Passa-se à Ordem do Dia.

Deliberação de requerimentos.

Requerimento nº 1.

Item 1. Requerimento nº 320, da Deputada Cristiane Brasil. (*Pausa.*) Ausente. Retiro de ofício este requerimento..



Item 2 da pauta. Requerimento nº 321, da Sra. Cristiane Brasil. *(Pausa.)*  
Ausente. Retiro de pauta este requerimento.

Item 3. Requerimento nº 349, do Sr. Goulart, que *“requer seja submetida à deliberação do Plenário dessa Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao BNDES de documentos e informações sobre o apoio do banco para as reformas e construções de estádios ou arenas destinadas à Copa do Mundo da FIFA, de 2014.”*

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Goulart.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é sabido que todos os estádios foram construídos com a participação efetiva de empréstimos do BNDES. Não fosse isso, essas arenas não teriam sido preparadas para a Copa do Mundo.

Não por uma distração, mas por um acordo político que nós fizemos 3 semanas atrás, eu me ausentei da Comissão, e foi aprovado um requerimento da Deputada Cristiane Brasil falando apenas, não sei por que motivo, da Arena Corinthians — por lá, eu e o Deputado Andres respondemos, não é? —, e não foi pedida documentação dos demais estádios. Eu tenho certeza de que não deverá ter havido nenhum desvio, mas é importante que esta Comissão tenha a documentação completa de todos os estádios. Por que só da Arena Corinthians?

Este é o motivo. Espero que possamos analisar todos os documentos.

Obrigado. Conto com o apoio de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Goulart.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, sou totalmente favorável, mas me parece que já existe requerimento de teor semelhante, de nossa autoria. Acho até que já devemos ter a resposta. Vou dar uma checada nessa informação. Eu tinha preparado. Acho que nós já aprovamos isso aqui.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Se já existe, eu abro mão.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Se existir, já lhe atende, mas...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Sem dúvida alguma, o Deputado Betinho vai compartilhar com V.Exa. Sem problema algum.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - É bom apenas checar essa informação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - O.k. Agradeço a V.Exa.

Em votação o Requerimento nº 349, do Deputado Goulart.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4 da pauta. Requerimento nº 362, de 2015, do Sr. Beбето, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao BNDES de cópias dos contratos de financiamento firmados entre 2010 e 2015 e relacionados às empresas Renova Energia e ENEL.”*

Para encaminhar o item 4 da pauta, Requerimento nº 362, concedo a palavra ao autor, Deputado Beбето.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, o requerimento é simples. Quando nós aqui tivemos a presença do Presidente BNDES e também dos Diretores de Infraestrutura, nós tratamos deste tema considerando que essa matriz energética é extremamente importante para o País. Na Bahia, nós temos um dos maiores parques de energia eólica sendo construído, e a série de interrupções nos repasses e no próprio financiamento que o BNDES estabeleceu para essas empresas gerou uma série de dúvidas, uma série de inquietações, inclusive a possibilidades de interrupção das atividades construtivas, com milhares de demissões.

O Diretor de Infraestrutura se comprometeu aqui a prestar as informações que foram requeridas por mim. V.Exa. deferiu de ofício. Mas, lamentavelmente, nós não tivemos uma resposta até este momento. Portanto, reitero formalmente o pedido ao BNDES de que apresente essas informações a esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Beбето.

Em votação o item 4 da pauta, Requerimento nº 362, do Deputado Beбето.



As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 5 da pauta. Requerimento nº 363, de 2015, do Sr. André Fufuca. *(Pausa.)* Ausente.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Os itens 6, 7 e 8 também são de autoria do Deputado André Fufuca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - O item 6, Requerimento nº 364, o item 7, Requerimento nº 365, e o item 8, Requerimento nº 366, eu retiro de ofício.

Item 9 da pauta. Requerimento nº 367, de 2015, do Sr. Carlos Zarattini, que *“solicita que sejam requisitados documentos e informações junto ao Tribunal de Contas da União — TCU, necessários ao avanço e à continuidade dos trabalhos investigativos da Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Para encaminhar o Requerimento nº 367, concedo a palavra ao autor, Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, apenas para complementar as investigações relativas ao Metrô de São Paulo, nós estamos solicitando informações sobre as apurações feitas pelo TCU.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação o Requerimento nº 367, do Deputado Carlos Zarattini.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, permita-me. Eu até deixei que transcorresse a votação, para que não parecesse que eu quisesse fazer algum tipo de obstrução, Deputado Zarattini, mas a ementa do requerimento diz assim: *“Solicita que sejam requisitados documentos e informações junto ao Tribunal de Contas da União — TCU, necessários ao avanço e à continuidade dos trabalhos investigativos da Comissão Parlamentar de Inquérito”*. O objeto do requerimento...



**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Isso está no requerimento, Deputado. É assim que tem se processado. Se o senhor quiser obstruir, tudo bem, vamos lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu alcancei o que o Deputado Arnaldo Jordy quis dizer. Muitas vezes se colocam algumas ementas...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu não estou querendo fazer nenhuma obstrução, até deixei para levantar isto depois da votação, Deputado Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Alguns requerimentos aqui — nós vamos ver isto mais adiante — não dizem nada a respeito, como aquele do COAF.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu só quero facilitar o nosso entendimento na votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Mas o requerimento está explícito.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - É apenas uma sugestão: que o objeto do requerimento pudesse constar, para evitar que nós... É só isso, para ajudar, pedagogicamente, nos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho que essa é uma sugestão que nós poderíamos adotar com o Secretário Robson.

Item 10. Requerimento nº 368, de 2015, do Sr. Carlos Zarattini, que *“solicita sejam requisitados documentos e informações junto à Controladoria-Geral da União — CGU, necessários ao avanço e à continuidade dos trabalhos investigativos da CPI”*.

O Deputado Carlos Zarattini tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Da mesma forma, Sr. Presidente, este requerimento diz respeito a processos de financiamento do Metrô de São Paulo junto ao BNDES e às obras consequentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o Requerimento nº 368, item 10 da pauta.

As Sras. e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Item 11. Requerimento nº 369, de 2015, do Sr. Carlos Zarattini, que *“solicita sejam requisitados documentos e informações junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo — TCE/SP, necessários ao avanço e à continuidade dos trabalhos investigativos da CPI”*.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini, para que encaminhe o Requerimento nº 369.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Da mesma forma, Sr. Presidente, solicito informações ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as obras do Metrô.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o item 11 da pauta, Requerimento nº 369.

As Sras. e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 12. Requerimento nº 370, de 2015, do Sr. Carlos Zarattini, que *“solicita sejam requisitados documentos e informações junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo — MP/SP, necessários ao avanço e à continuidade dos trabalhos investigativos da CPI”*.

O Deputado Carlos Zarattini tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Este requerimento também se refere a investigações sobre o Metrô, informações do Ministério Público, que tem investigado o Metrô de São Paulo e já tem bastante informação sobre o caso, informações que até já foram disponibilizadas. Nós estamos pedindo o inteiro teor delas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Coloco em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 13 da pauta. Requerimento nº 371, de 2015, do Sr. Carlos Zarattini, que *“solicita sejam requisitados documentos e informações junto à Corregedoria-Geral*



da Administração do Estado de São Paulo, necessários ao avanço e à continuidade dos trabalhos investigativos da CPI”.

Com a palavra o autor, Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Solicito informações que são resultado de investigações da Corregedoria-Geral do Estado de São Paulo, porque o Governador Geraldo Alckmin determinou que se investigasse. É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Coloco em votação o Requerimento nº 371, item 13 da pauta.

As Sras. e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 14 da pauta. Requerimento nº 372, de 2015, do Sr. Carlos Zarattini, que “*solicita sejam requisitados documentos e informações junto à Corregedoria-Geral da Administração do Estado de São Paulo, necessários ao avanço e à continuidade dos trabalhos investigativos da CPI*”.

Com a palavra o autor, o Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Vamos solicitar mais informações sobre contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos — CPTM nesse caso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Em votação o item 14, Requerimento nº 372, do Sr. Carlos Zarattini.

As Sras. e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se ao item 15 da pauta, Requerimento nº 373, de 2015.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Sr. Presidente, tanto o Requerimento nº 373 como o Requerimento nº 374, do Deputado Alexandre Baldy, foram subscritos por este Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Passa-se ao item 15 da pauta. Requerimento nº 373, de 2015, do Sr. Alexandre Baldy, subscrito pelo Deputado Miguel Haddad, que “*requer, nos termos do Item 6 do Acordo de Procedimento desta CPIBNDES, que seja submetido à deliberação do Plenário*



*desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de Requisição, ao Superior Tribunal de Justiça, de cópia inteiro teor e transferência de sigilo dos Autos do Inquérito Policial nº 1.059-DF”.*

Passo a palavra ao coautor, o Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a razão deste requerimento é exatamente poder instruir melhor os trabalhos da CPI. Essas operações envolvem o BNDES entre os anos de 2003 e 2015.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Miguel e passo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Recentemente, Sr. Presidente, na Comissão de Segurança Pública, eu solicitei cópia dos processos da chacina de Osasco, em São Paulo, e, como eles estavam em segredo de Justiça, não foram enviados para cá. Quero crer que esta requisição, se for feita, também não será atendida, em razão do segredo de Justiça.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Salvo melhor entendimento, a Comissão tem poderes para isso.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Tem, mas o pessoal não vai enviar, tendo em vista o vazamento, esta semana, exatamente disso aí. Eu até gostaria de saber, com certeza, mas, por cautela, Sr. Presidente, acho melhor nós aguardarmos mais um pouco para votar este requerimento.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Por cautela, eu acho que é melhor nós fecharmos a CPI, porque, se ela não pode investigar, se ela não pode ter acesso aos documentos porque em eventuais momentos vai haver vazamentos, nós poderíamos comprar uma *pizza* e pôr aqui em cima.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - V.Exa. tem que garantir a palavra, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Caio Narcio, nós estamos em processo de encaminhamento da votação do requerimento.

Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Este requerimento não diz respeito a financiamento do BNDES. As investigações são sobre a esposa do Governador Fernando Pimentel. Portanto nós somos contrários a este requerimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Pela idade, concedo a palavra ao Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Eu abro mão, até porque ele só é mais novo na aparência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Betinho.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, quero apenas dizer que nós da bancada da Oposição temos tido na Comissão a postura de buscar garantir que as investigações possam transcorrer. Estamos aprovando aqui vários requerimentos da bancada do PT relativos ao Metrô de São Paulo, e queremos que a bancada do PT tenha a mesma atitude de permitir que a CPI faça as investigações e esclareça os fatos, porque há, sim, relações de empresas ligadas ao Governador de Minas Gerais que também tomaram financiamentos do BNDES em Minas. Nós queremos ter a possibilidade de investigar isso.

Nossa atitude tem sido a de aprovar todos os requerimentos de origem do PT, como esses que agora foram aprovados por nós, então gostaríamos de ver a mesma atitude por parte da bancada petista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Betinho Gomes.

Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, acho que nós precisamos fazer um debate em cima dos requerimentos. Se começarmos com adjetivação... Aqui não é lugar de fazer *pizza*, e também não é circo. Nós temos prerrogativas e temos responsabilidades também. É muito fácil jogar para a plateia, para o circo, sem responsabilidade com o processo de investigação.

Eu até compreendo a preocupação do Deputado Arnaldo Jordy. Se alguém tem um requerimento consubstanciado, presente, e nós fazemos o debate. Isso não é problema. O problema é correr um documento que é interno da CPI, que está



sob sigilo, com a nossa responsabilidade apensada numa assinatura. Isso é muito grave.

Então, nós precisamos analisar requerimento por requerimento e fazer o debate. Estou disposto a fazer o debate. Nós estamos aqui para fazer esse debate. Mas vamos deixar de adjetivação, porque isso efetivamente termina prejudicando o debate interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço.

Concedo a palavra ao último orador, o Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Sr. Presidente, há alguns minutos nós aprovamos uma série de requerimentos, muitos dos quais não estão no escopo mais preciso da CPI do BNDES. Toda a bancada do PSDB aprovou todos os requerimentos de informação apresentados em relação ao Governo do Estado de São Paulo. Nós queremos as informações. Suposições não substituem a verdade. A suposição de que não receberemos a informação, ela não substitui a verdade. Nós temos que solicitar as informações. Este é o nosso papel, porque, se a CPI já tivesse todas as informações necessárias, nós nem precisaríamos tê-la criado. Então, é essencial que nós obtenhamos essas informações.

E, Deputado Davidson, de fato é um sentimento ruim ao andamento da CPI.

Não se pode convocar alguns empresários, não se pode convocar uma parte da classe política e não se pode obter determinadas informações. Qual é o sentido da CPI? Isso não é nem jogar para a plateia, isso é absolutamente uma constatação. A dificuldade que nós temos tido aqui para obter a aprovação de determinados requerimentos é imensa. Basta ver o caso da JBS, que nós não conseguimos aprovar; basta ver outros requerimentos que nós não conseguimos aprovar. E não há um debate sobre o teor dos requerimentos. O que há são posições partidárias e uma grande blindagem em relação ao processo da CPI. Esta é a grande verdade: estão se blindando aqui nomes, políticos, empresários e informações; não há outro nome para isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, dentro dessa premissa externada pelo Vice-Presidente Haddad, eu acho que nós só temos um caminho: vamos para o voto.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - É isso aí, Deputado Paulo. V.Exa. sempre com a sabedoria que lhe é peculiar.

Em votação...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Eu não sou de partido nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem um partido.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Eu sou do partido do povo. Eu defendo o povo. Eu só não quero ficar desmoralizado. Vou pedir e não vou receber informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Em votação.

Item 15 da pauta. Requerimento nº 373, de 2015, do Sr. Alexandre Baldy, subscrito pelo Deputado Miguel Haddad.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Item 16 da pauta. Requerimento nº 374, de 2015, do Sr. Alexandre Baldy, subscrito pelo Deputado Miguel Haddad, que *“requer, nos termos do Item 6 do Acordo de Procedimento desta CPIBNDES, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição à 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, do Tribunal Regional Federal, de cópia de inteiro teor e transferência de sigilo dos Autos do Processo nº 55233-74.2015.4.01.3400”*.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao coautor, o Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Sr. Presidente, as razões são as mesmas. E aqui temos o debate, as justificativas, as razões pelas quais nós apresentamos requerimentos, as razões pelas quais desejamos a aprovação e as informações subsequentes. Nós temos assistido de fato à não necessidade de debate, porque as posições já são claras, há uma blindagem em relação a isso, e nós não teremos nenhum requerimento de maior importância aprovado nesta CPI.

Esta CPI está fadada a um término muito ruim.



**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Na mesma linha, vamos ao volta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

Na sequência, falará V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, através do voto, que é o instrumento de aferição das nossas posições aqui, nós estamos assistindo à inviabilização de um elemento essencial de prerrogativa da Comissão Parlamentar de Inquérito. É isso mesmo. Quer dizer, nós não estamos ainda avaliando o mérito do julgamento feito, nós estamos impedindo que se tenha acesso aos elementos para a formulação de mérito. É isso que se está discutindo aqui.

Há um pedido de informações para que esta CPI possa, a partir dessas informações, debruçar-se no caso e estabelecer o seu juízo de valor, e isso está sendo impedido.

Portanto, realmente, é uma dose mortal esse comportamento da maioria dos Srs. Deputados de impedir que se apurem, que se apreciem documentos que são subsidiários para a avaliação de mérito, para o julgamento que possamos fazer acerca das responsabilidades aqui apuradas.

Ora, a questão da conexão Pimentel já está sendo investigada pela Operação Acrônimo, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Essa conexão é uma das razões de ser desta CPI, assim como a questão da JBS e outras. Se essas matérias tiverem impedimento na investigação... É assustadora a posição do Partido dos Trabalhadores! Quem viu o Partido dos Trabalhadores outrora...

Eu imagino uma situação inversa, Deputado José Rocha. Eu imagino uma situação inversa, em que o Governo quisesse outrora blindar a investigação, e o outrora Partido dos Trabalhadores tentando investigar. É assustadora a postura de blindagem, de impedimento de que as informações possam ser acessadas pela CPI. Nós não estamos ainda julgando o que aconteceu com a Paper, não estamos julgando o que aconteceu com a movimentação que o COAF revelou. Nós não estamos julgando isso. Nós estamos pedindo as informações, e o que nós estamos assistindo aqui é a uma blindagem para impedir que esta CPI funcione.



Então, eu acho que começa a ser colocada em pauta a razão de ser de continuidade, para a felicidade de muitos, desta CPI. Eu não estou disposto a participar desta *pizza*.

V.Exa. me permita terminar, Deputado Zarattini!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Peço a V.Exa. que conclua.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Além de não poder pedir informação, se não pudermos falar, por ser patrulhado pelo Deputado Zarattini, aí é difícil!

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Não, de maneira nenhuma. V.Exa. pode discorrer à vontade.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu agradeço. Eu só queria, Deputado Edson, concluir e dizer o seguinte: acho que nós entrando em uma fase perigosíssima, no sentido de tentar sequer ter acesso às informações. A matéria-prima, o combustível desta CPI é a informação, são as informações oficiais sobre o que está acontecendo, os inquéritos, os processos, as investigações que estão ocorrendo nos tribunais, na polícia, etc. Se isso for impedido, realmente passa a entrar na ordem do dia a possibilidade de se encerrar esta CPI, e nós pagarmos um mico diante da expectativa da sociedade.

A CPI da PETROBRAS já foi esse vexame, com o relatório vergonhoso do Deputado Luiz Sérgio — permitam-me fazer esse desabafo, que não é só meu. Foi vergonhoso! E, se esta CPI perseguir o mesmo caminho, é lamentável.

Era isso que eu queria ponderar a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Eu vou ser curto e grosso, Sr. Presidente. Foram requisitadas à CPI da PETROBRAS as informações do processo. Não foram enviadas, porque estavam sob sigilo. Vai-se passar vergonha aqui agora? Não pode!

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Rapidamente, Sr. Presidente. Esse processo não tem nada a ver com a apuração do BNDES, é um processo da Operação Zelotes, trata de outras questões relativas ao Conselho de Recursos do Ministério da Fazenda.



O que eu queria dizer, simplesmente, a minha preocupação, Deputado, não é querer cassar sua palavra em hipótese alguma. É que vai iniciar a sessão deliberativa no plenário e, da forma como nós estamos demorando, vamos acabar não votando todos os requerimentos. Eu acho que, para o bom andamento desta Comissão, é importante que se votem todos os requerimentos. Eu só estou preocupado com isso, eu não quero obstruir a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, rapidamente, quero apenas ler a justificativa do requerimento, para que se saiba o que nós estamos votando.

Esse processo, que corre na 10ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, TRF, trata de investigação relacionada com os crimes de advocacia administrativa e fazendária, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, associação criminosa, organização criminosa, entre outros, associados com interesse de empresas também beneficiadas com o financiamento do BNDES.

Em função disso, entendemos fundamental que a CPI tenha acesso aos autos do referido processo, razão pela qual os autores solicitam aprovação. Portanto, tem, sim, relação com o assunto do BNDES.

Gostaríamos que, como nós fizemos aqui em relação às informações pedidas ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Corregedoria do Estado de São Paulo, que a bancada do PSDB aprovou e ajudou a aprovar, nós gostaríamos neste requerimento também do apoio da bancada do PT.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu não posso de maneira alguma, Deputado Paulo — e peço desculpas a V.Exas. —, deixar de conceder a palavra à única mulher...

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Se V.Exa. for colocar em votação, eu acho que está certo isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - ... à única mulher presente no seio da CPI que me pediu a palavra. Então eu peço ao cavalheiro Paulo Magalhães que possamos ouvir, por último, a Deputada Angela Albino.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Só para acalmar o Deputado Zarattini, só há 158 Deputados no painel, lá no plenário. Então estamos longe do quórum ainda.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - V.Exa. tem toda razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra à Deputada Angela Albino.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Obrigada, Presidente. Eu queria me apresentar a esta Comissão. Sou a Deputada Angela Albino, assumi na semana passada. Sou de Santa Catarina e passo a integrar esta CPI na suplência do Deputado Wadson Ribeiro, que saiu.

Era isso, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. Seja muito bem-vinda! Eu não tenho dúvida alguma de que V.Exa. vai contribuir bastante, sobretudo para que nós possamos acalmar os ânimos aqui, perante a presença feminina de V.Exa.

Em votação o item 16 da pauta, Requerimento nº 374, do Sr. Alexandre Baldy, subscrito pelo Deputado Miguel Haddad.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Peço verificação da votação, Sr. Presidente.

**(Não identificado)** - Tem nosso apoio, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Peço abertura do painel para verificação nominal. *(Pausa.)*

Aberto o painel, peço às Sras. e aos Srs. Parlamentares que iniciem o processo de votação. *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Votamos “não”, hein!

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Votamos “sim”, é claro!

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Todos já votaram?

Deputado Paulo Magalhães, V.Exa. tem todo o tempo do mundo.



*(Pausa prolongada.)*

Peço a proclamação do resultado, por gentileza.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Apenas quero reiterar um pouco a posição em relação aos requerimentos. Quanto tempo V.Exa. vai ainda aguardar para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - O tempo de aguardar o Deputado Paulo Magalhães, que já votou. Na sequência, eu ouço V.Exa., Deputado Miguel.

Votou o Deputado Paulo Magalhães?

Peço a proclamação do resultado, por gentileza.

Com a palavra o Deputado Bebeto.

*(Pausa prolongada.)*

É o item 16 da pauta, Deputado Bebeto.

*(Pausa prolongada.)*

Proclamação do resultado: “não”, 15; “sim”, 6.

Está rejeitado o item 16, Requerimento nº 374.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Está declarada a disposição de investigação aqui da bancada do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Item 17 da pauta. Requerimento nº 376, que eu acho que já está contemplado, mas, até por um gesto simbólico, nós vamos colocá-lo em votação. É o Requerimento nº 376, de 2015, do Sr. João Gualberto, que *“requer, nos termos do item nº 6 do Acordo de Procedimentos desta CPI, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao BNDES de documentos e informações sobre o apoio do Banco para as reformas e construções relacionadas com a Arena Fonte Nova, na Bahia, destinadas à realização da Copa do Mundo da FIFA de 2014”*.

Com a palavra o autor, o Deputado João Gualberto.



**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos nós sabemos o legado da Copa, esse legado que tanto falou o PT, que ia deixar para o Brasil. Mas o que deixou foi dívida com os Estados, estádios vazios e Estados endividados.

Então, o objetivo é conhecer esse contrato e seus aditivos e ver quanto está gastando o Governo da Bahia para manter aquela Arena Fonte Nova.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o item 17 da pauta, Requerimento nº 376, do Deputado João Gualberto.

As Sras. e os Srs. Parlamentares...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - O PT vota favoravelmente a esse requerimento. Achamos da maior importância esse requerimento do Deputado João Gualberto.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Então vamos tornar público, porque o Governo do PT faz mais obra em Salvador do que o Governo do DEM e do PSDB. O Governador que mais fez obras na Bahia e em Salvador foi o Governador Jaques Wagner, somente agora superado pelo Governador Rui Costa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. (Risos.)

Em votação o item 17 da pauta, Requerimento nº 376.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao item 18 da pauta. Requerimento nº 380, de 2015, da Sra. Cristiane Brasil, subscrito pelo Deputado Arnaldo Jordy, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Grupo Odebrecht, mediante cópias de inteiro teor de contratos e aditivos, em meio magnético e arquivo pesquisável, da relação das empresas brasileiras que ofereceram bens e/ou serviços à Odebrecht nas obras adiante, assim como o nome dos funcionários da Odebrecht responsáveis in loco nos seguintes empreendimentos no exterior: obras do Porto de Mariel, em Cuba; construção das linhas 3 e 4 do Metrô de Caracas, na Venezuela; e a reforma e ampliação da Hidrelétrica de Cambambe, em Angola”*.



Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao coautor, o Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, essa matéria objeto do requerimento por mim subscrito, em parceria com a Deputada Cristiane Brasil, foi já por duas vezes amplamente debatida, inclusive com os diretores do BNDES, suscitando uma série de hiatos e de perguntas que não foram suficientemente esclarecidas. O BNDES ficou de enviar algumas informações através de um dos seus Vice-Presidentes e de um dos seus diretores. E, pelo que me consta, até ontem não tinham chegado essas informações. Eu me associo à Deputada Cristiane Brasil, reiterando esse pedido que foi feito verbalmente aqui à época dessas audiências, cujas informações ainda não foram remetidas a esta Comissão.

É esse o pedido que subscrevo junto ao requerimento da Deputada Cristiane Brasil, que acaba de chegar como autora desta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Jordy.

Em votação o item 18 da pauta, Requerimento nº 380, da Sra. Cristiane Brasil, subscrito pelo Deputado Arnaldo Jordy.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - O PT vota favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Há voto favorável do PT.

Aprovado.

Item 19 da pauta. Requerimento nº 383, de 2015, do Sr. Carlos Zarattini, que *“requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mediante cópias de inteiro teor dos contratos, empréstimos, financiamentos e aditivos, em meio magnético e arquivo pesquisável, firmados pelo Banco com a Usiminas, em especial da unidade de Cubatão, litoral sul de São Paulo”*.

Para encaminhar, com a palavra o autor, o Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, isso diz respeito à recente notícia do fechamento da unidade da USIMINAS, em Cubatão, com a



demissão de mais de 4 mil trabalhadores. Inclusive, a USIMINAS recebeu financiamento do BNDES.

Existe também o Requerimento nº 391, Sr. Presidente, Requerimento nº 391, do Deputado Marcelo Squassoni, que vem no mesmo sentido. Então, eu queria também passar a palavra ao Deputado Marcelo Squassoni.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Marcelo Squassoni.

**O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de suma importância a aprovação deste requerimento, já que nos últimos dias nós estamos debruçados sobre este problema.

A USIMINAS, irresponsavelmente, sem nenhum aviso anterior, está demitindo 4.300 funcionários diretamente e mais 5 mil indiretamente da usina de Cubatão. Infelizmente, isso é uma coisa seríssima e vai quebrar a cidade de Cubatão, Guarujá, Santos, São Vicente, todo o litoral paulista. São quase 20 mil empregos que estão dependendo dessa decisão. O Governo já foi avisado, ontem estive com o Ministro do Trabalho, juntamente com o Deputado Carlos Zarattini, o Deputado José Mentor e o Deputado Vicentinho. Nós estamos envolvidos o tempo todo neste assunto.

Gostaria de solicitar imediatamente a ajuda de todos os colegas para que a USIMINAS, depois deste requerimento, também tenha os seus dirigentes convocados aqui, para que expliquem por que, depois de terem recebido 3 bilhões de reais do BNDES, nos últimos anos, ainda assim não terminaram os investimentos na região e estão fazendo agora, imediatamente, as demissões de todos esses trabalhadores, causando um caos em todo o litoral paulista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Goulart.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Eu já havia pedido para subscrever o requerimento do Deputado Marcelo Squassoni e gostaria de fazê-lo juntamente com o Deputado Carlos Zarattini. Eu participei de uma reunião em Santos, na segunda-feira, é um caso muito grave, e eu gostaria de subscrever o requerimento.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.



Em votação...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Quero 30 segundos, apenas para dizer que nós votaremos favoravelmente a esse requerimento, aliás, como temos votado nos demais requerimentos de autoria do Deputado Zarattini, quer sejam sobre o Metrô de São Paulo, quer sejam sobre a USIMINAS, todas as matérias que cheguem a esta CPI, que mereçam ser investigadas, independentemente de quem vai atingir ou alcançar, nós teremos o posicionamento de votar favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Em votação o item 19 da pauta, Requerimento nº 383, do Sr. Carlos Zarattini.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 20 da pauta. Requerimento nº 384, de 2015, do Sr. Carlos Zarattini, que *“requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mediante cópias de inteiro teor dos contratos e aditivos, em meio magnético e arquivo pesquisável, do Banco com as empresas IEMS, Aché, União Química e Hypermarcas, sócias na superfarmacêutica BioNovis”.*

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, o Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, o objetivo deste requerimento é obter informações sobre o financiamento do BNDES a uma das consideradas campeãs nacionais, que até então estava passando aqui como que em brancas nuvens por esta Comissão, que é a BioNovis e esse conjunto de empresas que compõem esse conglomerado.

Então, nós gostaríamos de ter mais informações e estamos solicitando, então, esse requerimento de informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.



Para encaminhar o requerimento, com a palavra o Deputado Betinho Gomes. Na sequência, falará o Deputado João Gualberto.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, mais uma vez, nós queremos afirmar que o PSDB e a Oposição votarão favoravelmente a qualquer requerimento. Mas este requerimento, em específico, nos parece uma tentativa clara da bancada governista de constranger o Deputado Alexandre Baldy, pelas relações familiares que ele tem com as pessoas relacionadas a esse grupo empresarial.

Vamos aprovar, vamos apoiar, mas é assim que está sendo jogado o jogo nesta CPI: tentativa de constranger um Deputado atuante, que única e exclusivamente está cumprindo o seu papel perante o povo brasileiro. Mas o PSDB, ainda assim, vai aprovar esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado João Gualberto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Eu queria complementar o que disse o colega Betinho e dizer para o Zarattini que ele está certo. Ele tem que investigar mesmo as campeãs. Agora, eu fico impressionado como a bancada do PT, liderada por ele aqui, foi contra investigar o Friboi. É importante investigar aqui a Hypermarcas, mas não é importante investigar o Grupo JBS. O PT e o PCdoB acham que não há nada a investigar.

Mas, Deputado Zarattini, nós vamos ser a favor, sim, do seu requerimento, para que ele investigue tudo, embora nós saibamos que a sua intenção é constranger o Deputado Alexandre Baldy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, a votação desse requerimento é uma votação simbólica nesta CPI, que demarca, Deputado André, os campos. Esse requerimento sobre essas empresas, ao que eu saiba... E na justificativa do requerimento do Deputado Zarattini, inclusive, não há nenhuma suspeita de qualquer tipo de irregularidade envolvendo os empréstimos e os financiamentos do BNDES em relação a essas empresas.



Parece-me que uma dessas empresas é de um parente do Deputado Baldy. Salvo engano, sogro, salvo melhor juízo...

**(Não identificado)** - Sogro, isso mesmo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - ...do Deputado Baldy. E não há nenhuma suspeita, nenhuma denúncia, nenhuma indicação, nenhuma revelação, nenhuma nota de rodapé de imprensa, nem de jornal, nem de coisa alguma... Mas, mesmo assim, nós vamos aprová-la, porque o papel desta CPI é investigar, doa a quem doer. Eu gostaria que o Deputado Zarattini usasse isso como jurisprudência, porque, na medida em que se traz aqui uma das campeãs, sem denúncia, foi blindada aqui, sob o comando do Deputado Zarattini e outros, a vinda do Grupo JBS, que é uma das razões de ser desta CPI.

É Imoral — e eu vou repetir: no meu entendimento, é imoral esta CPI concluir os seus trabalhos sem chamar aqui um representante do Grupo JBS, porque já tivemos duas empresas que vieram aqui dizer: *“Nós quebramos porque o Governo manipulou para beneficiar o Grupo JBS”*. Isso está nos Anais desta CPI desta Casa. Inclusive na semana atrasada uma das empresas do leite esteve aqui dizendo exatamente isso, assim como o Frigorífico Independência também disse isso com todas as letras e está nos Anais.

Então, eu espero da bancada do Governo que haja pelo menos coerência ao votar matérias que servem de justificativas pífiyas, no meu modo de entender, mas, mesmo assim, as aprovaremos, porque este é o papel desta CPI.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu espero que haja correlação de atitudes em relação pelo menos à bancada do Governo ao votar coisas que estão aí sendo investigadas inclusive por outros órgãos, que é dever desta CPI investigar, mas que estão sendo blindadas por alguns Deputados governistas aqui, em especial da bancada do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao Deputado André Moura.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, depois de ouvir as colocações de todos os Parlamentares, eu gostaria aqui, na verdade, de fazer um apelo ao Deputado Zarattini. O requerimento de convocação das empresas que aqui



estão... Realmente, são empresas — nós temos aqui a comprovação — sobre as quais não existe nenhum tipo de vinculação, de informação, melhor dizendo... Não há necessidade, porque não há tipo nenhum de vinculação, de negociação com o BNDES.

O Deputado Alexandre Baldy é um Parlamentar correto, que tem contribuído muito com esta CPI. Dessa maneira, entendemos que esse requerimento de informações, Deputado Zarattini, não se faz necessário, mesmo porque nós não temos nada que comprove a existência de nenhum tipo de transação de nenhuma dessas empresas com o BNDES.

Então, eu acho que o bom sendo deve prevalecer. Eu aqui, se for para apreciação, vou seguir inclusive a orientação de toda a bancada da Oposição, vou votar favoravelmente, mas quero aqui dizer que, para que possamos continuar desenvolvendo o bom trabalho que esta Comissão vem desenvolvendo, no intuito de trazer aqueles que realmente tenham envolvimento aqui, eu gostaria de solicitar a V.Exa. a retirada do requerimento de informações, porque não se faz necessário. E se, obviamente, entendermos que há necessidade, lá na frente, que possamos fazer isso, mas, no momento, entendemos que realmente não há nenhum tipo de transação do BNDES com nenhuma dessas empresas que justifique esse requerimento. Então, vou fazer o apelo a V.Exa. para que o bom senso possa prevalecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Antes de ouvir o Deputado Zarattini, vou passar a palavra ao Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vou aqui, na mesma posição do Deputado André Moura, fazer um apelo ao Deputado Zarattini, para que retire esse requerimento, tendo em vista que não há, realmente, nenhuma notícia, nenhuma denúncia contra esse grupo empresarial que possa justificar a sua presença nesta CPI.

Portanto, eu apelaria ao Deputado Zarattini, que, atendendo a esse apelo, pudesse retirar esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.



Eu acho que o Deputado Zarattini vai retirar o requerimento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer aqui que, primeiro, não é um requerimento de convocação; é um requerimento de informações sobre esses contratos que foram feitos. Essas empresas e essas figuras foram já investigadas na CPI do Cachoeira, uma CPI mista, que teve vários elementos. Não teve relatório votado, mas tem um relatório não votado do Deputado Odair Cunha.

Longe de mim querer constranger o Deputado Baldy. Esse não é o nosso objetivo. Nós queremos simplesmente ter informações. Nós não vamos aqui, com todos esses apelos, de forma nenhuma, querer constranger o Deputado Baldy, porque o nosso objetivo não é esse, não é de forma nenhuma fazer esse tipo de coisa, mas, sim, obter informações reais sobre operações do BNDES.

Então, eu quero retirar de pauta esse requerimento, para que nós possamos eventualmente, num outro momento, discuti-lo, até mesmo com a presença do Deputado Baldy, que hoje não está presente — não sei exatamente o motivo. Mas, da nossa parte, não temos nada contra o Deputado. Temos um ótimo relacionamento com ele e queremos manter esse relacionamento.

Então, nós estamos retirando o requerimento de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. pela sensibilidade em atender aos apelos que lhe foram formulados.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, em defesa do Deputado Baldy, informo que ele está doente. Este é o motivo de ele não estar presente aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Mauro Pereira.

**O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente, eu quero, primeiro, parabenizá-lo pela consciência e pelo respeito a todos aqueles empreendedores, que nós já tivemos... Eu votei contrário a algumas convocações aqui, inclusive a solicitação por parte da bancada do Governo, meus colegas, Deputados, até para não constranger o empresário aqui nesta Casa e não atrapalhar os negócios dele no dia a dia. Foi solicitação feita pelos próprios colegas governistas, e eu votei contrariamente ao requerimento, seguindo somente essa solicitação.



Eu quero deixar bem claro que eu votaria contrariamente ao requerimento, porque, primeiro, não há nada que possa comprometer, não há denúncia; simplesmente seria mesmo um constrangimento. E nesta Comissão nós não podemos, nem para o lado A, nem para o lado B, na minha opinião, constranger as pessoas, especialmente aqueles que são geradores de empregos.

Eu gostaria de aproveitar o momento para dizer que, referentemente à convocação também da USIMINAS, que está demitindo, infelizmente, é um assunto que temos que levar muito a sério. É o não financiamento do BNDES às nossas indústrias, para a manutenção e geração de emprego, inclusive com retirada da linha de crédito. Ontem, nós estivemos com o Ministro Berzoini. Infelizmente, isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Mauro, peço a V.Exa. que conclua.

**O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA** - Se o Ministro Levy não levar isso em consideração, daqui a pouco nós vamos ter mais desemprego, nós vamos ter mais empresas como a USIMINAS demitindo. Então, nós temos que aproveitar este momento para solicitar ao Governo, ao Ministro Levy, que apoie o BNDES, para que o BNDES continue cumprindo a missão dele, que é fomentar as nossas indústrias. Votaria contrariamente ao requerimento, mas quero parabenizar o meu colega Deputado Izalci por tê-lo retirado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - O Deputado Izalci não está nesta CPI, mas o Deputado Zarattini está, Deputado Mauro.

**O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA** - É o Deputado Zarattini, Presidente, desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. Cumprimento o Deputado Zarattini.

**O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA** - O Izalci é muito atuante. Acabei lembrando o nome dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - O Requerimento nº 20 foi retirado de pauta, a pedido do autor.

Passa-se ao item 21. Requerimento nº 388, de 2015, do Sr. José Rocha.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sr. Presidente, eu só queria deixar claro aqui — e todo mundo percebeu — que a única intenção do Deputado Zarattini



para essa convocação, para esse pedido de explicação, de documentos, foi constranger o Deputado Baldy, porque, se ele acha que há alguma coisa, ele não deveria ter retirado. Então isso ficou bem claro. Agradeço.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Presidente, Presidente...

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - V.Exa. fica sem entender nada, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Eu quero fazer um breve comentário, lembrando o que dizem os estudiosos do comportamento do homem. Nós somos o único ser no planeta que tem comportamento imprevisível. De todos os demais viventes tem-se uma previsão de como se comportará nessa ou naquela situação.

O requerimento do Deputado Zarattini tem um *link* com esta CPI. Esse *pool* de empresas recebeu um aporte de meio bilhão de reais do BNDES. Então há um *link*, muito embora eu também concorde que não deveria ter apresentado esse requerimento. Mas é preciso nós analisarmos que iríamos chegar a este ponto nesta CPI, porque o que mais existe nesta CPI são requerimentos da Oposição, de forma generalizada, que alcançam empresas e pessoas que nada têm a ver com o BNDES.

Nesse caso, ainda há, sim, um financiamento do BNDES de 500 milhões de reais a esse *pool* de empresas. Então, há um *link*. Se nós analisarmos aqui, Sr. Presidente, o item 18 da pauta, requerimento da Deputada Cristiane Brasil, ela requer informações de todas as empresas que trabalharam ou que prestaram algum tipo de serviço à Odebrecht. Então, V.Exas. querem algo mais genérico do que isso? A pequena empresa lá da esquina, que vendeu qualquer coisa à Odebrecht, tem alguma coisa a ver com a CPI do BNDES?

Então, é bom que esse requerimento tenha vindo à pauta, que é para nós delimitarmos aqui que estamos investigando o BNDES. Nós não podemos estar aqui, de forma ampla e irrestrita, a convocar fulano ou beltrano, porque é amigo, porque é parente, porque conhece alguém envolvido nesta CPI. Então, é muito, muito, muito oportuna esta discussão.



**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Edio. Informo a V.Exa. que o Requerimento nº 18, da Deputada Cristiane, tem ligação direta com a Sub-Relatoria que ela desenvolve, exatamente nos financiamentos internacionais, inclusive nos três países que originaram a criação da CPI: Angola, Cuba e Venezuela. Então, eu acho que há uma relação direta quanto a isso.

Tem a palavra o Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Só para que fique muito claro, Sr. Presidente, nós esclarecemos que iríamos aprovar o requerimento. Se há suspeição, que se reapresente o requerimento, porque é fundamental que nós tenhamos acesso a todas as informações, quer sejam do PSDB, do PT, desse Governo ou daquele. O que não podemos é, em função de um requerimento, usar isso, essa amostragem, e isso se tornar uma regra. Se há suspeição, apresentem os requerimentos.

Nós do PSDB vamos aprovar todos os requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passa-se ao item 21 da pauta. Requerimento nº 388, de 2015, do Sr. José Rocha, que *“requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de transferência de sigilo, em meio magnético e arquivo pesquisável, da operação feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a Usina São Fernando Açúcar e Alcool, localizada em Dourados, Mato Grosso do Sul”*.

Para encaminhar a favor do requerimento, concedo a palavra ao autor, o Deputado José Rocha.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos acompanhado pela imprensa diversas notícias em relação a esses financiamentos feitos pelo BNDES à empresa São Fernando Açúcar e Alcool, localizada em Dourados, Mato Grosso do Sul, de propriedade do Sr. Bumlai. Então, nós nos sentimos no dever de formular esse requerimento da transferência de sigilo, em meio magnético e arquivo pesquisável, da operação feita



pelo BNDES com a Usina São Fernando Açúcar e Álcool, localizada em Dourados, no Mato Grosso do Sul, de propriedade do Sr. Bumlai.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o Requerimento nº 388, de 2015, do Sr. José Rocha.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo item da pauta.

Item 22. Requerimento nº 389, de 2015, do Sr. José Rocha, *que “requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mediante cópias de inteiro teor, dos contratos, empréstimos, financiamentos e aditivos, em meio magnético e arquivo pesquisável, firmados pelo Banco com a Usina São Fernando Açúcar e Álcool, de propriedade do empresário e pecuarista José Carlos Bumlai, localizada em Dourados em Mato Grosso do Sul”.*

Com a palavra o Deputado José Rocha, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente, para complementar essas informações, nós apresentamos este requerimento, no sentido de que sejam enviadas a esta CPI as cópias do inteiro teor dos contratos, empréstimos, financiamentos e aditivos, firmados pela empresa com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, eu gostaria que o autor, o Relator José Rocha, explicasse a diferença de um requerimento para o outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Está na própria ementa, meu caro Deputado. Um é sobre transferência de sigilo, e o outro requer cópia dos contratos de empréstimos e financiamentos.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Pois é, Sr. Presidente. Dentro dessa linha, eu voto a favor do primeiro e contra o segundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.



Em votação o item 22 da pauta, Requerimento nº 389, de 2015.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Deputado Paulo Magalhães.

Próximo item da pauta.

Item 23. Requerimento nº 391, de 2015, do Sr. Marcelo Squassoni, *que “requer sejam requisitadas ao BNDES as cópias de todos os processos de financiamento obtidos pela USIMINAS”.*

Acho que já foi contemplado, mas vamos fazer o processo simbólico de votação.

Em votação o Requerimento nº 391, de 2015.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 24 da pauta. Requerimento nº 396, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy, *que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, à Procuradoria-Geral da República (PGR), de cópia de inteiro teor da colaboração premiada prestada pelo Senhor Luiz Carlos Martins à PGR”.*

Com a palavra o autor do requerimento, o Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, esse Sr. Luiz Carlos Martins foi citado várias vezes em algumas delações e, por fim, aqui nesta CPI, pelo Sr. Dalton Avancini.

Em depoimento que consta dos Anais desta CPI, o Sr. Dalton Avancini reafirma o que já tinha sido dito na Operação Lava-Jato: que houve pagamentos de propina; que essa propina foi fruto de superfaturamento de obras, obras financiadas com recursos do BNDES; que esse cidadão, Luiz Carlos Martins, foi quem operou esse processo. Ele sabia das coisas por informações repassadas pelo Sr. Luiz Carlos Martins.

Então, no meu entendimento, é absolutamente indispensável que esta CPI ouça o Sr. Luiz Carlos Martins pelas diversas citações a seu nome e, em especial, a



que foi feita aqui, de viva voz, diante dos olhos de todos os membros desta CPI, cerca de 1 mês atrás.

Essa é a razão do pedido de informações sobre a delação que já está à disposição da Procuradoria-Geral, para que esta Casa possa melhor fazer o seu juízo, inclusive a possibilidade de convocá-lo para estar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Não se trata de ser contra, mas de ser técnico. O Procurador-Geral da República não pode dar essa informação, porque essa informação está com o Ministro Teori Zavascki. Então, o requerimento tem que ser feito ao Ministro Teori Zavascki, e não ao Procurador-Geral.

Nós temos que fazer a coisa certa, diante do risco de passarmos vergonha. E eu não quero passar vergonha, ainda mais sendo advogado, bacharel em Direito, por fazer requerimento errado. Então, eu sou obrigado a votar contra.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu acato a sugestão do Deputado Delegado Edson Moreira, para que este requerimento seja extensivo ao Ministro Teori Zavascki, acolhendo a larga experiência do Deputado nos processos de investigação policial...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agora V.Exa. já o obrigou a votar a favor, Deputado Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Não, não. Eu não quero obrigá-lo, absolutamente. Mas ele disse que a razão de votar contra seria essa, e eu fui convencido inclusive pela *expertise* do Deputado Delegado Edson nesse tipo de matéria. Eu acato a sugestão do Deputado Delegado Edson.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, eu gostei da *expertise* do Deputado Delegado Edson e da esperteza do Deputado Arnaldo — esperteza no bom sentido. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - A minha esperteza não se compara à esperteza de V.Exa., tenha certeza disso.



**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - É no bom sentido, Deputado, pela agilidade de pensamento que V.Exa. tem e que sempre expressa. V.Exa. é um dos Deputados que, com certeza, garantem a qualidade do debate nesta Casa.

Eu queria manifestar meu voto contrário a esse requerimento, porque são assuntos que não dizem respeito ao BNDES. Então, nós queremos aqui focar na ação do BNDES, e essa delação premiada não tem nenhuma correlação com o BNDES.

Era isso, Sr. Presidente.

Desculpe-me, Deputado Jordy. Minha manifestação foi no bom sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o item 24 da pauta, o Requerimento nº 396, de 2015, do Deputado Arnaldo Jordy.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Foi aprovado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Estamos fazendo a contagem. Calma. *(Pausa.)*

Deputado Afonso Florence, V.Exa. não é membro da Comissão. V.Exa. não pode votar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - É membro, sim. Ele está substituindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Está substituindo quem?

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Está no painel inclusive.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Ah, V.Exa. foi nomeado agora há pouco?

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Agora há pouco, não; no início da reunião. Eu já votei nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Peço desculpas a V.Exa., então. *(Pausa.)*

Está rejeitado o requerimento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Peço verificação da votação, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Nós não temos tempo ainda hábil para verificação, Deputado Jordy. Não se completou o período regimental de 1 hora.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Conceda de ofício, Sr. Presidente, para dirimir todas as dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Concedo de ofício então, para que não paire qualquer tipo de dúvida.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, vamos seguir aqui o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Zarattini, eu acho que nós podemos fazer a votação célere.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - O Regimento prevê que o Presidente pode tomar decisão...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Estão atropelando, Deputado Caio Narcio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu peço a abertura do painel.

Nós vamos entrar no período dos convites e das convocações, e peço a gentileza de V.Exas. para que apreciemos rapidamente os convites e as convocações a fim de que, na semana que vem, possamos ouvir essas pessoas no seio desta CPI.

Solicito a abertura do painel, por gentileza.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, só um esclarecimento. Dada a decisão de V.Exa., indago se, a partir deste momento, abre-se um novo prazo para uma possível posterior votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Abre-se, Deputado Edio. E prometo a V.Exa. que vou cumprir o prazo regimental de 1 hora. *(Pausa.)*

Peço agilidade de V.Exas. no processo de votação, assim que for aberto o painel.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Sr. Presidente, não está disponível ainda.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Já vai estar, Deputada Angela. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Vamos aprovar esses requerimentos todos. Qual é o problema? Qual é o problema? Deixem as pessoas virem. As pessoas vêm aqui, e nada acontece. As pessoas sentam ali, e nada ocorre.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Deputada, não é nem para ele vir aqui; é para que nós possamos ter acesso à delação que ele prestou ao Procurador-Geral.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Deixa vir...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Está fora do objeto da CPI. Está fora.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Não tem nada fora.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Nós temos acesso, e nada acontece do mesmo jeito.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Foi dito aqui pelo Sr. Dalton Avancini que houve pagamento de propina e que as obras foram superfaturadas. Nós inclusive questionamos o BNDES. O BNDES não tem mecanismos para aferir o superfaturamento, obras do PAC...

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Nada vai acontecer.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - ... da hidrelétrica de Belo Monte. Nós estamos pedindo as informações que já foram prestadas, e aqui não se está permitindo que nós tenhamos acesso às informações.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Não, eu estou fazendo um apelo mesmo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Por uma avaliação subjetiva e equivocada...

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Deixa acontecer.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - ... de que não tem a ver. Claro que tem tudo a ver! Tanto que o Sr. Dalton Avancini veio aqui. Quem citou esse rapaz foi o Sr. Dalton Avancini, que esteve na CPI do BNDES. Se não tivesse nada a ver, o Sr. Dalton Avancini não estaria aqui, porque foi ele a origem do meu requerimento. E



as pessoas têm ainda a desfaçatez de dizer que não tem nada a ver? Este meu requerimento foi fruto de uma audiência desta CPI; desta CPI do BNDES.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Todos já votaram?  
(*Manifestação no plenário: não!*)

(*Pausa prolongada.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Peço auxílio do apoio ao Deputado Miguel Haddad.

(*Pausa prolongada.*)

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, acho que todos já votaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Peço, por gentileza, a proclamação do resultado. (*Pausa.*)

“Não”, 17 votos; “sim”, 6 votos. Está rejeitado o item 24 da pauta, Requerimento nº 396, do Sr. Arnaldo Jordy.

Sras. e Srs. Parlamentares, passamos agora a uma nova fase da deliberação: os convites e as convocações.

Os dois primeiros itens, 25 e 26 — Requerimento nº 93, de 2015, e Requerimento nº 167, de 2015, dos Srs. Arnaldo Jordy e Miguel Haddad —, requerem que seja convidado o Sr. Marinus Marsico, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Para encaminhar, concedo a palavra ao primeiro autor, Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, a razão de ser da convocação, ou do convite, melhor dizendo, como colaborador, do Sr. Marinus, é que ele foi quem esteve no Tribunal de Contas da União operando as investigações relativas a tudo aquilo que diz respeito ao BNDES. Então, esta CPI não tem por que, diante de tantos que já ouviu aqui, ex-diretores, presidentes, ex-presidentes, ex-conselheiros, apenas fazendo, digamos assim, ao meu juízo, propaganda institucional do BNDES — o que é bom ouvir, saber um pouco mais, mas não é o foco desta CPI —, ouvir o Tribunal de Contas da União, que esteve inclusive solicitando informações, por via judicial, sobre algumas questões relativas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Essa é a razão do convite ao Sr. Marinus.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Em votação.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Paulo.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Nós somos contra, em função de ele já ter prestado informações aos auditores do BNDES e do próprio Tribunal de Contas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Betinho.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, prestou contas a um determinado órgão, mas isso não o impede de vir aqui trazer informações à CPI. Pelo amor de Deus! Estamos convidando alguém que é responsável por fiscalização, alguém responsável por análises, que é auxiliar inclusive desta Casa. E nós não vamos poder nem ouvir esse cidadão? Pelo amor de Deus!

Quero reiterar a necessidade de convidar o Sr. Marinus para que ele venha aqui contribuir com o debate que está sendo feito nesta CPI.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - E eu vou reiterar a negativa. Se a Comissão quiser, pede ao Tribunal de Contas. Posteriormente, nós podemos até convocar; mas, por hora, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Em votação os itens 25 e 26 da pauta, os Requerimentos 93 e 167, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy e do Sr. Miguel Haddad.

As Sras. e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

**(Não identificado)** - Aprovado, Presidente, aprovado!

**(Não identificado)** - Rejeitado.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - É impressionante como a base do Governo tem medo de ter um encontro com a verdade! Trazer aqui alguém que analisa informações sobre o BNDES, que é um órgão auxiliar desta Casa...

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - O resultado já foi proferido, Sr. Presidente.



**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - O que a bancada do Governo quer é não apurar nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Estão rejeitados os Requerimentos 93 e 167.

Passa-se ao item 27.

Requerimento nº 195, de 2015, do Sr. José Rocha, que *“requer que o excelentíssimo senhor Armando Monteiro Neto, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) seja convidado a colaborar com os esforços desta CPI para esclarecer aspectos das operações de crédito firmadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”*.

Com a palavra o autor, Deputado José Rocha.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES** - O Ministro já se colocou à disposição desta Casa, já mandou por ofício. Eu acho que não precisaria. Ele já se colocou à disposição. Eu queria fazer um apelo ao Deputado José Rocha, já que o Ministro mandou o ofício e disponibilizou para estar presente. Eu acho que não precisaríamos aprovar. É um apelo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Olhe, meu caro Deputado Reginaldo Lopes, o meu convite vai justamente ao encontro da carta que ele fez à Comissão, convidando-o a vir aqui, já que ele se colocou à disposição.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, nós vamos apoiar o requerimento, mas, certamente, o Sr. Marinus tinha muito mais a dizer a esta CPI do que o Ministro Armando Monteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o item 27 da pauta, Requerimento nº 195, do Sr. José Rocha.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se aos itens 28 e 29, dos Srs. Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, João Gualberto e Arnaldo Jordy, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. Antonio Palocci para prestar depoimento sobre suas atividades de consultoria junto ao BNDES”*.



Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, o autor.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, eu vou ser bastante lacônico, porque as informações que chegaram à consciência de todos os duzentos e poucos milhões de brasileiros me parece que são autoexplicativas. As informações — que foram objeto, inclusive, do noticiário da semana passada — falam das movimentações do Sr. Antonio Palocci em relação ao BNDES.

O Sr. Dalton Avancini, repito mais uma vez, citou nominalmente nesta Casa, nesta CPI, há menos de 1 mês, que as tratativas feitas com as empreiteiras via empréstimos do BNDES eram feitas com o Sr. Antonio Palocci. Essas palavras não saíram inicialmente da minha ilação, nem de nenhum Deputado da Oposição; isso aqui foi dado por um dos protegidos, Sr. Dalton Avancini, Presidente então da Odebrecht, que assumiu um consórcio, como acionista majoritário, que constrói a maior obra do PAC.

Portanto, o Sr. Palocci foi citado várias vezes nesta CPI por vários delatores, por vários integrantes de empreiteiras. Não teria o menor sentido esta CPI silenciar diante da possibilidade de ouvir, de dar oportunidade, inclusive, ao Sr. Antonio Palocci de vir aqui se explicar, justificar, desmentir, evidenciar a sua participação, ou a sua não participação, diante das diversas denúncias, repito, feitas inclusive nesta CPI.

As informações, citadas pelo Sr. Dalton Avancini, foram aqui prestadas na CPI do BNDES. Portanto, alegar que isto não tem nada a ver com o BNDES seria um equívoco, uma intenção dolosa de impedir as investigações desta CPI, porque as impressões e os registros foram feitos exatamente nesta sala, em audiência nesta CPI em curso, em dois depoimentos, pelo menos, que nós ouvimos aqui.

Essa é a razão da convocação do Sr. Antonio Palocci a esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço.

Como autor, tem a palavra o Deputado João Gualberto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, principalmente os Deputados do PT, os Deputados da base aliada meus conterrâneos, Paulo Magalhães, João Carlos Bacelar; acho que hoje esta CPI vive um momento muito triste. Lógico que o destino que os Deputados da base governista querem para esta CPI é o mesmo que teve a CPI da PETROBRAS.



Antonio Palocci está envolvido em tudo o que é corrupção no Brasil desde que o PT chegou ao Governo. É mensalão, é petrolão, é BNDES, em tudo ele está envolvido. Está ele aqui, na capa de revista desta semana, junto com o chefe dele, o ex-Presidente Lula.

Se não formos ouvir aqui o Antonio Palocci, é melhor que se encerre esta CPI hoje. Eu não tenho dúvidas de que, neste momento, os Deputados do PT vão votar a favor, ou, então, querem enterrar esta CPI; ou, então, vamos fazer de conta que estamos aqui querendo investigar os contratos nebulosos do BNDES com os grandes grupos, com tráfico de influência de Lula, do Palocci e de outras pessoas.

Então, eu faço um apelo ao Deputado Carlos Zarattini para que aprove esse requerimento. O que nós queremos é explicação, apenas isso.

Não é possível, Deputado Carlos Zarattini! V.Exa. quis trazer aqui, pedir documentos de empréstimos de 500 milhões pelo BNDES, e, pelo que vimos, os empréstimos foram feitos para Eike Batista, Friboi, etc. — e a participação é pouca coisa, mas quis chamar parentes do Alexandre Baldy, e nós fomos favoráveis. Eu realmente não entendi por que V.Exa. recuou, apenas comprovando que V.Exa. queria apenas constranger o Deputado Alexandre Baldy.

Mas eu faço um apelo para que não enterrem esta CPI, não desmoralizem esta Casa, estes Deputados que estão aqui participando e aprovelem a convocação de Antonio Palocci.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes e, na sequência, ao Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Quero apenas reforçar aqui as falas já feitas pelos colegas Arnaldo Jordy e João Gualberto sobre a necessidade da aprovação dessa convocação.

Nós estamos falando de um dos membros do quarteto fantástico, de um grupo de lideranças petistas que fizeram movimentações milionárias. Precisamos aprofundar esse tema — só o Sr. Palocci movimentou algo em torno de 200 milhões de reais.



É bom dizer que ele se tornou consultor de empresas como Caea e JBS, que receberam recursos do BNDES, e, portanto, têm relação direta com esse processo de investigação a que estamos aqui dando andamento.

É fundamental que nós aproveemos essa convocação.

Quero fazer um apelo à bancada governista — e poderemos, a partir daí, ver as posturas diferenciadas das bancadas. Nós aqui, no início, aprovamos vários pedidos de informação referentes ao Governo do Estado de São Paulo. A bancada do PSDB aprovou; não tem medo de esclarecimento, fez questão de aprovar esses pedidos de informação. E, se tivesse convocação, também faria questão de aprovar. Por isso, queremos, neste instante, pedir à base do Governo que tenha a mesma atitude de aprovar esse requerimento, de fazer essa convocação, porque há um fato que tem relação direta: um consultor, que foi ex-Ministro, que tem relação com grupos empresariais que receberam recursos do BNDES, precisa prestar, sim, esclarecimentos a esta CPI.

É esse o apelo que eu faço, para que nós possamos aprovar este requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, eu compreendo a dificuldade da Oposição em levar avante os trabalhos desta CPI, até porque todos os depoimentos que foram prestados sobre o tema BNDES demonstraram cabalmente que não houve irregularidades no BNDES. Em nenhum momento aqui apontou-se qualquer irregularidade em financiamento, qualquer irregularidade em participação, absolutamente nada.

A Oposição busca trazer fatos paralelos. O Sr. Dalton Avancini falou aqui nesta Casa, em alto e bom som, que nunca houve privilégios no BNDES, nunca houve nenhum favorecimento no BNDES; que os financiamentos feitos à Camargo Corrêa sempre foram feitos de forma criteriosa. Portanto, querer aqui trazer Palocci para fazer luta política, nós não vamos concordar.

Esta CPI tem um objetivo: investigar o BNDES, e não investigar a República. Esta não será a “CPI do fim do mundo”, o que já aconteceu em outros tempos aqui



nesta Casa. Não o será porque ela tem objetivo, ela tem foco, e nós queremos que se mantenha esse foco.

Portanto, nós vamos votar contrariamente, com todo o respeito à Oposição, mas tendo clareza de que aqui nós estamos para investigar o BNDES, as suas operações, como elas foram feitas.

Para desgosto da Oposição, até o momento não apareceu nada que fosse efetivamente uma irregularidade nesse banco, que é um verdadeiro orgulho do povo brasileiro e que é fundamental para apoiar o desenvolvimento do País e das nossas empresas no interior e no exterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, primeiro, corrigindo o colega Carlos Zarattini, o que o Sr. Dalton Avancini disse aqui não é que não houve irregularidades no BNDES; é que ele não era Presidente na época. Foi isso o que ele disse. Essa é a primeira informação.

A segunda informação é que está claro que os membros do Governo estão aqui para encerrar a CPI, como o fizeram na CPI da PETROBRAS. Isso é óbvio.

O BNDES é um banco que dá orgulho ao Brasil, como a PETROBRAS era também, mas o PT tem tido a qualidade de dilapidar o patrimônio público e transformar o nosso orgulho em vergonha. Essa é a verdade que tem que ser posta aqui dentro.

Não existe, da parte dos membros governistas, a vontade de investigar. E o pior: durante algum tempo, aqui ainda existia pelo menos a desfaçatez de fingir que queriam investigar. Agora, nem isso!

Então, a realidade que nós temos aqui é deplorável. O Brasil precisa enxergar isso. É uma vergonha participar disto: de um complô de encobrimento. É um encobrindo o problema do outro — nós temos aqui, na capa da revista *Época*.

Hoje, eu quero dizer que o que vai sobrar desta sessão de hoje é lamento; é o brasileiro que está nos assistindo em casa ter nojo do que está acontecendo aqui, porque nós iniciamos a sessão e, em vez de falarmos sobre quem vamos convocar, estamos falando sobre quem vazou informações de ilícitos. Agora, para piorar, o que nós estamos dizendo é o seguinte...



Há uma revista que diz que esse cidadão que está na pauta para ser ouvido — ser ouvido, não condenado —, segundo um documento do COAF, movimentou 200 milhões de reais na conta dele. Se isso não for pelo menos algo que precisemos saber melhor, então não vale a pena mais fazer isso.

Na realidade, está claro o que cada um veio fazer aqui dentro. Eu só lamento, porque eu tenho certeza de que aqueles que votaram em nós, o brasileiro que está em casa, indignado com o que está acontecendo de forma cada dia mais nojenta, perdoem-me o termo... Isso é o que nos faz, a nós e às pessoas lá fora, desacreditar na política.

Eu quero deixar aqui a minha manifestação de quem quer ouvir os fatos, de quem não quer exageros, não quer culpar pessoas antes de estarem condenadas. Mas, se a CPI tem o dever de investigar — e é este o dever da CPI, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito —, o mínimo que nós poderíamos fazer é ouvir. E, se ela não pode se prestar a isso, realmente, a cada dia que passa, perde o sentido de existir.

Então, eu quero pedir aos colegas que, de alguma maneira, ainda têm que atender ao Governo, que, nesse caso, nesse caso específico, possam abrir uma exceção para dizermos ao Brasil que ainda há esperança — o que eu duvido muito, mas vamos ver como as pessoas reagem a esse pedido de solicitação de socorro ao Brasil. O Brasil precisa de socorro em vista do que está acontecendo neste momento.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Goulart.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Sr. Presidente, nobres senhores Deputados, realmente, me preocupou muito essas matérias da revista *Época* e também da revista *Veja* deste final de semana. Mas eu vejo que o Palocci e outros que estão aí envolvidos deverão ser ouvidos na CPI do COAF e não na CPI do BNDES.

Eu até tenho muita vontade de abrir uma empresa de consultoria. Vou consultar o Palocci para ver como é que eu faço para fazer determinadas consultorias, porque eu quero entrar no mercado. (*Risos.*) E tenho filhos. Eu gostaria



que os meus filhos se encaminhassem para poder fazer consultorias tão volumosas.  
(Risos.)

**(Não identificado)** - Vamos votar, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Não tem nada a ver com a CPI, mas eu gostaria que ele fosse convocado lá no COAF, não aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

**(Não identificado)** - Só que não é objeto para esta CPI.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - O Ministro Palocci é consultor da Caoa e JBS, que receberam recursos do BNDES. Tem toda a relação com esta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Em votação os itens 28 e 29: o Requerimento nº 36, de 2015, dos Srs. Antonio Carlos Mendes Thame e João Gualberto, combinado com o Requerimento nº 382, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy, que requer a convocação do Sr. Ministro Antonio Palocci.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Votação nominal, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Passa-se aos itens 30 e 31 da pauta.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Verificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Itens 30 e 31 da pauta.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, dê por ofício essa. Mostra o seu compromisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Nós precisamos aprovar alguém aqui.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Dê por ofício essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Porque vai começar a Ordem do Dia...

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Dê por ofício essa.

**(Não identificado)** - Nós já aprovamos.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Parabéns a V.Exa. Dê por ofício essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - De novo, não.



**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Itens 30 e 31.

Requerimento nº 146, de 2015, do Sr. Sérgio Vidigal, combinado com o Requerimento 225, de 2015, do Sr. Alexandre Baldy, que *“requer a convocação do Sr. Alexandrino de Salles Ramos Alencar, ex-Diretor da Odebrecht.”*

Deputado Sérgio Vidigal com a palavra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Presidente Deputado Marcos Rotta; Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, a motivação desse requerimento é porque, no dia 15 de junho, 4 dias antes de o Sr. Alexandrino ser preso na 14ª fase da Operação Lava-Jato, há informações da Polícia Federal de que, o telefone dele grampeado, ele teve conversas com o ex-Presidente Lula e demonstrou muita preocupação em relação ao BNDES.

Como nós estamos exatamente fazendo investigação sobre denúncia do BNDES, sobre tráfico de influência, eu gostaria muito de ter o apoio dos demais Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Em votação os itens 30 e 31: os Requerimentos nºs 146, de 2015 e 225, de 2015.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

**(Não identificado)** - Que coisa maravilhosa está acontecendo nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Item 32.

Requerimento nº 392, de 2015, do Sr. Miguel Haddad que *“requer sejam convocados o Presidente e o Diretor Financeiro da Oi Telecomunicações para que prestem esclarecimentos sobre as relações contratuais mantidas entre as sociedades que dirigem e o BNDES.”*

Com a palavra o autor, o Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Sr. Presidente, sobre a convocação do Presidente e o Diretor Financeiro da Oi Telecomunicações, o requerimento já esclarece. Na verdade, é para que possamos conhecer melhor essa operação. Há



alguns pormenores a serem avaliados, razão pela qual nós entendemos que é de bom alvitre que nós pudéssemos ouvi-los aqui na Casa, aqui na CPI.

Foi essa a motivação do meu requerimento. Inclusive há um requerimento igual do Deputado José Rocha, razão pela qual eu o apresentei e peço a aprovação da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Em votação o item 32, Requerimento nº 392, de 2015, do Sr. Miguel Haddad.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximos itens: 33, 34, 35, 36 e 37, Requerimentos nºs 354, 355, 377, 394 e 395, de 2015, dos Srs. Arnaldo Jordy, Miguel Haddad, Sérgio Vidigal, Augusto Coutinho e João Gualberto...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - ... que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido de convocação do Sr. José Carlos Bumlai”*.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Eu gostaria de solicitar aos colegas que assinaram esses requerimentos que os retirassem de pauta em função do seguinte: nós temos outro requerimento, que já foi aprovado, do Deputado José Rocha, sobre essas operações do BNDES com o Sr. José Carlos Bumlai, com as empresas dele. Eu acho que esses documentos serão bastante esclarecedores a esta CPI pelas informações que eu já fui atrás.

Então, eu gostaria de solicitar que fossem retirados de pauta e votados numa próxima ocasião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - A sugestão de V.Exa. precisa da anuência dos cinco autores de requerimentos.

Eu consulto os Parlamentares se há acordo nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, eu queria me manifestar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Veja bem, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Nós temos as informações solicitadas e temos a convocação do Sr. Bumlai para prestar o depoimento fazendo os esclarecimentos. Esses esclarecimentos em depoimento do Sr. Bumlai e o que vier, o que chegar de documento nesta CPI, se completam; eles não são excludentes.

Portanto, eu não vejo nenhuma razão de ser nisso e, portanto, espero que possamos apreciar esse requerimento. Aliás, o que o País espera desta CPI é que possamos apreciá-lo e votá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço.

Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Olhem só como a cautela é importante: depois, ter bala na agulha para interrogar o pessoal... Por quê? Estudando os documentos, aí sim, se faz outro relatório qualificado.

Agora, convocar antes e depois ficar passando vergonha, igual o aconteceu com o cara que chegou aqui e falou que fez mil e uma coisa e deixou um buraco danado aí, o Mantega, então, é melhor não convocar.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Questão de ordem, Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Eu estou entendendo que isso é um compromisso. Se nós aguardarmos chegar...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Não, eu estou só indagando. É compromisso isso ou não? É só uma sugestão?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Se for compromisso, eu adio o meu requerimento. Agora, só adiar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio Lopes.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, eu quero seguir na linha de raciocínio do Deputado Delegado Edson Moreira. Se nós aprovamos aqui, ainda há pouco, um requerimento requisitando toda documentação dessa operação — e



eu aqui destaco que essa foi uma operação da ordem de 395 milhões de reais, dos quais mais de 250 milhões já retornaram aos cofres do BNDES —, portanto, qualquer investigação que se preze, parafraseando o Deputado Delegado Edson Moreira, esperaria a chegada desses documentos para evitar que o Sr. Bumlai aqui chegue e converse, converse e não fale nada. Mesmo porque tudo o que nós temos sobre essa questão ainda está no terreno das notícias dos órgãos de comunicação do País.

Então, eu quero crer, Deputado Miguel Haddad, que isso seria importante para o esclarecimento desse fato, porque aí V.Exa. e os demais autores, de posse dessa documentação, teriam muito mais fundamentação para a aprovação, aí sim, da convocação do aqui requerido.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Deputado Edio Lopes, permita-me, só para ir ao encontro da sua manifestação. Eu preciso falar, se V.Exa. me permitir, só para ir ao encontro.

A aprovação não significa que a agenda não possa ser posterior às informações. Então, nós podemos aprovar o requerimento aqui, na manhã de hoje, aguardarmos os requerimentos, as informações chegarem, e o Presidente pauta o Sr. Bumlai após a remessa dos documentos. Fica aí atendida a sua sugestão.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Eu quero completar, Sr. Presidente, e dentro do raciocínio lógico do que está ocorrendo, nesta manhã, nesta Comissão.

Se colocado em votação neste momento, eu acho que ninguém aqui tem dúvida de qual será o resultado. Eu, como Deputado do PMDB, quero aqui também manifestar o meu interesse nessa questão. Agora, nós não podemos atropelar o processo.

Portanto, eu acho que se os autores querem ter a oportunidade de aprovação desse requerimento, não será neste momento. E aqui fica oportunizada a possibilidade de termos, sim, a aprovação lá adiante.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Questão de ordem, Deputado Miguel Haddad.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - A questão, Deputado Edio Lopes, o sentimento é que, posto o requerimento na manhã de hoje, nós perderemos; se nós



adiarmos, nós continuaremos perdendo. Então, nós só estamos adiando esse conflito, essa derrota que, me parece, tem acontecido em todos os requerimentos.

Se houvesse uma manifestação, um mínimo de manifestação, eu digo em relação a... Falo em nome do meu requerimento, enquanto autor do meu requerimento, eu até o adiaría. Adiaría o meu requerimento, retiraria o meu requerimento, mas se houvesse uma manifestação, uma possibilidade de aprovação, o que não está acontecendo; não há manifestação alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Betinho Gomes.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - A possibilidade ela existe, Deputado Miguel Haddad. A Oposição tem aprovado aqui requerimentos interessantes.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, vamos ser claros...

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - A quebra de sigilo da Pepper é tida aqui como um dos requerimentos tão importantes para a visão dos senhores quanto esta, e nós aprovamos aqui dentro de um entendimento.

Aqui, Deputado Miguel Haddad, com a devida vênua do meu querido Presidente, sempre tolerante conosco, aqui aprovar-se-á requerimento dessa natureza dentro do entendimento. É notório que a Oposição não vai aprovar esse tipo de requerimento aqui na força. É preciso ter o entendimento!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**(Não identificado)** - Quem é que está aprovando à força? Nós estamos debatendo democraticamente, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - E nós estamos querendo, pelo menos, nós do PMDB, estamos querendo construir esse entendimento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Deputado Edio Lopes, por favor, vamos ter o mínimo de racionalidade. Os senhores aqui, hoje, impediram que um técnico do TCU, que é pago para auxiliar esta Casa, pudesse vir aqui prestar esclarecimentos. Os senhores derrotaram, olímpicamente, que um técnico do TCU, que recebe o seu salário para ajudar esta Casa, pudesse cumprir com a sua missão de vir aqui prestar informações. Por favor!

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Sr. Presidente...



**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, quero assegurar a minha palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Betinho Gomes com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Quero falar também.

**O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES** - Sr. Presidente, está muito claro aqui o que está acontecendo. Muito embora os argumentos utilizados pelo Deputado Edio Lopes tentem convencer de que há uma busca de entendimento, não é isso que está acontecendo nesse instante.

O Governo veio aqui organizado para derrubar todas as convocações, e com fatos relacionados diretamente ao BNDES. Exemplo: aí está a derrota da convocação do Ministro Palocci.

Evidentemente, está aqui havendo a tentativa de dar a impressão de que se busca entendimento, mas não é isso. Se tem alguém usando força aqui, não somos nós. Nós estamos debatendo, democraticamente, buscando recorrer das possibilidades que nós temos para fazer as investigações. Como foi dito aqui pelo Deputado Arnaldo Jordy, o requerimento da vinda de um técnico do TCU, que está analisando os processos do BNDES num órgão de auxílio desta Casa, não foi, sequer aprovado.

Sinceramente, é preciso dizer à população brasileira o que de fato está acontecendo neste instante. Não é busca de acordo, não é busca de investigação; trata-se apenas da tentativa de passar o rolo compressor na Oposição para se impedir a investigação dos fatos que estão sendo denunciados pela imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Deputada Cristiane Brasil.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Sr. Presidente, nobres colegas...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Nós já estamos há meia hora nesse assunto.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - ... hoje nós vamos enterrar a CPI. Ela acabou. Para mim, ela acabou. O que eu estou fazendo aqui? Eu não recebo processo do TCU; não chegam as informações para nós; nós não conseguimos convocar... Aliás, pior: nós recebemos informação pela revista. Nós, Parlamentares,



somos informados pelas revistas, que recebem informações antes — antes! — de nós. Os órgãos não entregam os processos que eu tenho que usar para fazer o meu relatório, e nós não conseguimos aprovar a convocação de personagens centrais para vermos se houve tráfico de influência ou não.

Então, eu não entendo, não sei o que nós estamos fazendo aqui. Sinceramente, hoje, a CPI acabou!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Sérgio Vidigal.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - *(Ininteligível)* como estratégia, a cautela e canja de galinha é melhor.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sr. Presidente, peço verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - De quê?

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - De quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Verificação de quórum?

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sim.

**(Não identificado)** - Mas está todo mundo aqui!

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Eu peço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Mas como, Deputado João Gualberto?

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Mas, a olho nu, nós estamos vendo que nós temos quórum para deliberação, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Não, não; muita gente saiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Sérgio Vidigal.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Vamos fazer!

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Presidente, demais Deputados...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Esse é um ato do Plenário, não das Comissões.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** -... primeiro, eu quero lamentar o que nós estamos assistindo aqui hoje. E eu o faço com muita tristeza, porque o PDT é base do Governo. Nós temos o Ministério das Comunicações.

Eu não sei o que falta mais de elementos para que nós possamos convocar o Sr. Bumlai. O Sr. Bumlai... Em 2011, um único fornecedor solicitou a falência da



empresa por um débito de 523 milhões de reais. Nove meses depois, não sei de que forma, o BNDES faz um empréstimo de 101 milhões de reais, e 8 meses depois ele entra em falência. Dizer que não temos argumento para convocá-lo, nós estamos brincando com a sociedade.

Eu quero aqui pedir desculpas, em respeito ao meu partido, mas eu tenho autonomia para falar, porque eu apoiei esse Governo durante quatro eleições. Em quatro eleições, eu estive junto, apoiando o Governo do PT. Sabe por quê? Porque ele me convenceu pela ética e pela transparência. Fiquei satisfeito porque pareceu o momento de o Governo mostrar que todas as denúncias são ilegais. Nada disso acontece para poder justificar ao meu eleitorado. Mas eu saio daqui hoje convicto de que eu tenho que pedir desculpa ao meu eleitorado, porque eu também fui engando.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. Eu tenho a informação de que às 12 horas nós vamos iniciar a Ordem do Dia. Então, peço a gentileza de V.Exa. para que coloquemos em votação, já que não há acordo para a retirada dos requerimentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu queria falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. já falou, Deputado Jordy.

Com a palavra o Deputado João Gualberto.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - V.Exa. tem sido...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Não, eu vou ser sempre.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Elástico na sua...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agora, eu quero que V.Exas. entendam que nós precisamos avançar na pauta, sob pena de semana que vem nós termos que fazer uma nova deliberativa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - V.Exa. há de compreender também que nós estamos vivendo aqui um momento decisivo desta CPI, pelo que já ocorreu e pelo que pode vir a ocorrer. Esse dia, como disse a Deputada Cristiane, é um dia absolutamente, pelo menos em minha opinião, absolutamente frustrante. Nós não estamos aqui discutindo apenas o Sr. Bumlai. Nós estamos discutindo aqui o papel e a natureza desta CPI. Ao contrário do que disse aqui o Deputado Zarattini, com todo



o respeito — claro — à sua opinião e ao seu papel de defender o Governo até as últimas consequências, mas ao contrário, a minha percepção sobre o BNDES não é a mesma do Deputado Zarattini, a não ser que estejamos falando de dois BNDES.

Nós viemos aqui, ouvimos três depoimentos até agora de empresas que quebraram depois de receber empréstimos vultosos do BNDES, com todo o rigor que o banco apresenta aqui dos seus critérios, das suas seguranças, da sua investigação acerca de quem emprestar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Presidente...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Por favor, Deputado. Deputado Zarattini, eu não vi, eu não vi...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Jordy, peço a gentileza...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu vou concluir já.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Temos que encaminhar a votação. Aqui é um regime de votação.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Tem uma Mesa aqui, Deputado Zarattini. V.Exa. tem que respeitar a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Por gentileza, conclua.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu vou já concluir, Sr. Presidente, eu vou já concluir, por favor.

Então, a minha percepção, que é diversa, absolutamente, diametralmente oposta à percepção do Sr. Zarattini, é de que o BNDES realmente está em risco por conta da incapacidade de gestão do Governo, como fez na PETROBRAS, que agora gera uma greve da Federação dos Petroleiros, que era aliada histórica do PT, que está fazendo greve porque não concorda com as atitudes do Governo. Então, veja bem, a nossa sorte é que isso que é objeto da nossa investigação não depende só desta CPI. Os brasileiros estão salvos pelo gongo. Há outras instituições investigando o Sr. Palocci, essa coisa toda.

Então, eu acho que se houver, Deputado Edio, uma sinalização concreta de que se pode haver algum entendimento... Mas a demonstração que V.Exas. têm dado aqui é de que não há entendimento sobre nada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Informo a V.Exas. o início da Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Pedido de informação, pedido de informação.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, vamos votar.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Nós não conseguimos ter. Por favor. É vergonhosa esta CPI!

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - É desmoralizante esta CPI!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu preciso antes de encerrar a sessão...

**(Não identificado)** - Não pode fazer nenhuma concessão. Aqui nós não podemos fazer concessão nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu preciso, antes de encerrar a sessão, dividir com V.Exas. uma preocupação. Foi feita aqui a convocação do Sr. Eike Batista. Nós recebemos uma enxurrada de documentos, de vários advogados, de várias bancas advocatícias, de vários escritórios advocatícios, justificando a viagem internacional do Sr. Eike Batista. Segundo essas informações, ele desembarca no Rio de Janeiro, no próximo dia 12, às 8 horas da manhã. Era minha intenção trazê-lo no próprio dia 12, mas a justificativa, a alegação de que ele não teria tempo hábil para chegar a esta Casa no dia 12.

Há uma solicitação do Deputado Efraim para que nós fizéssemos uma sessão conjunta para ouvirmos o Sr. Eike Batista, a CPI do BNDES juntamente com a CPI dos Fundos de Pensão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - De jeito nenhum!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Deixe-me só terminar. O meu posicionamento é contrário a essa questão. Nós poderíamos adotar o princípio de que faríamos a sessão da oitiva do Sr. Eike Batista, no dia 17, uma terça-feira, às 10 horas da manhã, já que a oitiva dele para os fundos de pensão está marcada para a tarde.

Essa é a minha sugestão a V.Exas. Agora, se V.Exas. tiverem uma opinião diferente, eu me quedo. *(Manifestação no plenário: Aprovado!)*



Então, fica aprovada a nossa oitava dia 17.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Questão de ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Só para entender, então, o Sr. Eike Batista foi convocado para estar aqui na CPI. E em vez de vir atender à convocação, ele resolve fazer uma viagem internacional. Como fica isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Existe a comprovação de que ele estava realmente viajando, Deputado Caio Narcio.

Eu não posso, de maneira alguma, afugentar-me do que diz as regras, mas agora ele está convocado para o dia 17, às 10 horas da manhã.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Mas ele não estava convocado antes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Estava, mas justificou o motivo do não comparecimento.

Agora, novamente, já há o entendimento com os advogados nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Não. O meu entendimento é o seguinte: se nós fizemos uma convocação, a menos que seja um motivo de saúde ou de força maior, ele tem que permanecer aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - A força maior encontrada foi essa da viagem.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Não, mas sob pena de quê, se ele não atendeu?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Sobre a viagem dele, é uma viagem internacional, muito antes inclusive da convocação. Há uns extratos que mostram isso, as passagens, uns bilhetes aéreos. Mas dia 17 ele estará aqui, e V.Exa. poderá, com a competência que tem, promover a oitava com o Sr. Eike Batista.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, das assessorias e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima terça-feira, dia 10 de novembro, às 14 horas, em plenário a ser definido.



Está encerrada a reunião.